

Modernização dos espaços agrários em Moçambique versus expropriação de terras: reflexão em torno das políticas agrárias implementadas entre 1975 – 2015¹

Modernization of agrarian spaces in Mozambique versus land expropriation: reflection on agrarian policies implemented between 1975 and 2015

Ernesto Jorge Macaringue

Universidade Eduardo Mondlane – Inhambane, Moçambique
jorgitomapilele@gmail.com

Resumo

As transformações que são operadas nos espaços agrários em Moçambique a partir de experiências estrangeiras, em que, as mais recentes são importadas no âmbito de um acordo celebrado pelos governos de Moçambique, Brasil e Japão suscitam debates entre pesquisadores filiados às diferentes instituições, membros da sociedade civil entre outros. De um modo geral há um questionamento a cerca dos procedimentos seguidos pelo governo para concessão de terra aos investidores privados e estrangeiros, incluindo outros incentivos que são promovidos no intuito de atrair investimentos diretos estrangeiros. Com o que é possível observar facilmente chega-se a conclusão de que estamos aqui perante relações geopolíticas, que neste século XXI, se dão sob vários ímpetus, mas certamente, os de ordem econômica e religiosa se configuram como os mais dominantes. É notório que os países mais ricos (membros do G8) aliam-se cada vez e reforçam suas posições em relação à necessidade de expansão das empresas dos seus países, ao invés de difundirem a tecnologia, que tanto, faz falta em países pobres, como é o caso de Moçambique. Em virtude da pertinência do debate das transformações operadas nos espaços agrários em curso, em Moçambique, por meio deste artigo, de natureza teórico-empírico, nos associamos a esse movimento, no qual, tenta-se compreender as tessituras geopolíticas construídas entre governos alegadamente com o objetivo de reunir esforços tendentes a erradicação da pobreza. Contudo, esse objetivo se configura como uma mascara, pois, o verdadeiro intuito é expropriação das terras das comunidades

¹ Esta pesquisa foi orientada pelo Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro, do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – UFG.

locais. Os discursos de combate à insegurança alimentar e do desemprego no meio rural, por meio do agronegócio, concebido como sinônimo de altos níveis de rendimentos agrária e modernizador, não passam de retórica e indecência dos dirigentes moçambicanos e seus parceiros. Será que para se lograr altos níveis de produção e produtividade e modernização territorial, a condição *sine qua nó* para concessão dos direitos de uso e aproveitamento de terra aos difusores das tecnologias modernizadoras?

Palavras-chave: Território, Fronteira agrícola, Mundialização do Capital, Campesinato.

Abstract

The transformations that are carried out in agrarian spaces in Mozambique from foreign experiences, in which the most recent ones are imported under an agreement signed by the governments of Mozambique, Brazil and Japan, cause debates between researchers affiliated to the different institutions, members of society civil and others. In general, there is a question about the government's procedures for granting land to private and foreign investors, including other incentives that are promoted in order to attract foreign direct investment. From what can be easily observed, one arrives at the conclusion that we are dealing here with geopolitical relations, which in this twenty-first century are under various impulses, but certainly those of an economic and religious order are the most dominant. It is notorious that the richer countries (G8 members) are increasingly aligning themselves and reinforcing their positions on the need to expand their countries' enterprises, rather than spreading the technology that is so much needed in poor is the case of Mozambique. Due to the pertinence of the debate on the transformations carried out in the agrarian spaces underway, in Mozambique, through this article, of a theoretical-empirical nature, we associate ourselves with this movement, in which we try to understand the geopolitical tessituras constructed between governments allegedly the objective of combining efforts to eradicate poverty. However, this objective is configured as a mask, since the real intention is the expropriation of the lands of the local communities. Discourses to combat food insecurity and unemployment in rural areas through agribusiness, conceived as synonymous with high levels of agrarian and modernization income, are nothing more than rhetoric and indecency of the Mozambican leaders and their partners. Is it necessary to achieve high levels of production and productivity and territorial modernization, the *sine qua non* for granting rights to use and use land to the diffusers of modernizing technologies?

Keywords: Territory, Agricultural frontier, Globalization of the Capital, Peasantry.

Introdução

Fala-se muito, pelo menos em círculos oficiais em Moçambique que, 'a agricultura é a base do desenvolvimento nacional'. Esta expressão consta em todos os

textos constitucionais desde, a era da “República Popular” até ao momento atual – o da “República”, em que a ordem é, construção da democracia! Não se pretende discutir neste espaço a pertinência dessa expressão na Constituição da República e muito menos o processo de construção da aludida democracia em Moçambique. O nosso objetivo é explorar, dentro da perspetiva geográfica, a «força oculta» que essa expressão carrega, para defendermos a tese de que o exercício de atividades agropecuárias de pequena escala, no meio rural, permite simultaneamente o acesso à terra para moradia, entre outros usos considerados essenciais em sociedades moçambicanas. Nesse sentido, a prática de atividades agropecuárias, isto é, o trabalho, é a via mais recorrente na atualidade de apropriação do espaço de existência.

No entanto, do ponto de vista teórico, o debate aqui promovido se apoia na corrente de geográfica que discute os conflitos que se dão no processo de produção do espaço geográfico. Os empréstimos de *Élisée Reclus* (s.d) ajudam-nos a analisar os conflitos que se dão no seio da família entre homem e mulher, bem como no ambiente público entre os órgãos que administram o governo e a população. As proposições de *Claude Raffestin* e *Milton Santos* também dão o seu contributo na nossa interlocução em torno do relacionamento governo e população. Enquanto *Ariovaldo Umbelino*, *Eguimar Felício Chaveiro*, *Marcelo Mendonça* dialogam à volta de conflitos que dão na esfera dos espaços agrários envolvendo camponeses e instituições do governo. Além dos contributos oferecidos pelos geógrafos, nos esforçamos em estabelecer conexão com alguns sociólogos dentre eles *José de Souza Martins*, *Pierre Bourdieu* economistas *Karl Max*, *Karl Kautsky*, *Carlos Brandão*, *José Negrão*, *João Mosca*, etc.

Tomando como ponto de partida a análise desenvolvida por *Élisée Reclus* (s.d), disponível em textos avulsos organizados por Manuel Correia de Andrade (1985) o autor destaca a questão do poder que é adquirido pelos sujeitos em função das características físico e biológicas, como ainda, sociopolíticas como a centralidade no relacionamento entre os sujeitos e instâncias públicas), que as denomina como campo de abrangência de poder (família, clã, tribo e nação); a finalidade do poder, que é de apropriação e o conjunto de estratégias seguidas de legitimação.

Observando a organização espacial da população moçambicana, confronta-se com o fato de que os objetos espaciais, de forma nítida expressam o binómio campo/cidade e ou rural/urbano. Entre as cidades e o campo não existe uma

continuidade, isto é, o espaço apresenta uma morfologia marcadamente descontínua e muito abrupta. As cidades e vilas (meio urbano) são pontos espalhados um pouco em todo o território nacional, sendo que, a maior parte delas está perfilada ao longo da faixa costeira. Por sua vez, o campo que se apresenta em forma de territórios comunitários/comunidades locais (meio rural), constitui o domínio socio-espacial mais extenso e contínuo, sendo que, a diferenciação espacial se reveste mais em componentes físico-naturais.

É precisamente, sobre o segundo formato organizacional do espaço moçambicano, concretamente, o referente aos territórios comunitários constituídos ao longo do *Corredor de Nacala*, que este texto trata, na perspetiva geográfica. Diferentemente de meio urbano, o espaço rural moçambique se caracteriza pelo predomínio de práticas culturais que, ainda reúnem vestígios da economia natural. Não obstante, as circunstâncias atuais do país, que refletem diferentes contextos históricos, com sequelas profundas dos séculos de dominação estrangeira, lutas pela independência e emancipação e, recentemente o progresso das tecnologias de comunicação, a dinâmica das relações geopolíticas neste século XXI, tem favorecido cada vez mais, interação entre os sujeitos do meio rural com instituições e personalidades de diferentes convicções ideológicas, político-económicas e socioculturais.

Certamente, essas interações são responsáveis, de alguma forma pela diluição dos conteúdos da economia natural, mas nem por isso, pode-se considerar que os sistemas económicos mais vigentes nas sociedades rurais moçambicanas são capitalistas. Assim, por meio de uma abordagem de natureza teórico-empírico, nos associamos a um movimento que procura compreender as tessituras geopolíticas construídas entre governos de Moçambique, Brasil e Japão visando viabilização do agronegócio ao longo do Corredor de Nacala. Os promotores do agronegócio propalam a ideia de que a adoção de práticas culturais do agronegócio se constitui como a via mais adequada para erradicação da pobreza nos países subdesenvolvidos, como é o caso de Moçambique.

No seio dos camponeses, faz-se um apelo para cedência de terras aos grandes investimentos privados, sobremaneira, as que se situam ao longo das principais vias de acesso, dos cursos dos rios de modo a dar lugar à produção das *commodities*. Os discursos de combate à insegurança alimentar e do desemprego no meio rural, por meio

do agronegócio, concebido como sinônimo de altos níveis de rendimentos agrária e modernizador, não passam de uma retórica e indecência dos dirigentes moçambicanos e seus parceiros. Pois, se o objetivo fosse o de se lograr altos níveis de produção e produtividade e modernização territorial, isso seria promovido por meio de transferência de tecnologias e não com base em concessão da terra, sobre a qual as sociedades rurais, nas suas múltiplas faces, fundaram seus territórios.

O texto está estruturado em quatro seções. A primeira seção aborda os contextos históricos que neste debate se julga relevantes na produção e reprodução dos territórios comunitários, avanços e recuos registrados, com maior destaque para período pós-independência – de 1975 em diante. Em seguida discute-se as teses ideológicas que tem norteado o processo de transformação da estrutura agrária de Moçambique, enquanto a terceira, por sua vez, centra seu foco na unidade de reprodução social dos camponeses de Moçambique – a machamba. Contextualiza-se o uso recorrente da machamba, que coincide com o período da insurreição armada, entre 1975 até meados da década de 90. Além da contextualização, concentramo-nos em distingüir uma unidade de reprodução social camponesa da não camponesa. A machamba mais do que um símbolo de uma classe – a camponesa, é ela uma categoria de análise do espaço agrário em Moçambique. E, por último, a quarta seção procura-se demonstrar a pujança que o setor agropecuário possui no processo de formação econômica social.

Fundação dos territórios comunitários

A história da fundação do território de Moçambique, como um Estado-Nação moderno, ou ainda, como uma *Formação Econômica-Social* (FES) só pode ser desvendada a partir das contradições do *sistema-mundo moderno* ou da *globalização*. Antes de nos alongarmos considerarmos pertinente justificar a necessidade de explicar o surgimento de Estado de Moçambique a partir das contradições inseridas no sistema mundo-moderno, como ainda, o é Formação Econômica-Social.

A escolha do caminho das contradições do sistema mundo-moderno, na verdade foi influenciada pela obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) - *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. De acordo com o autor foi Immanuel

Wallerstein e Aníbal Quijano os que chamaram *sistema-mundo* ao padrão de poder que passou a governar o mundo após 1492, com a descoberta da América.

A partir de então teríamos o que muitos autores vão chamar de mundo moderno, sendo que na expressão mundo moderno a palavra forte acaba sendo moderno e não a ideia de um sistema-mundo que lhe está associada. É fundamental recuperar esse sentido mais amplo da expressão, até porque ele nos traz importantes esclarecimentos para o que vivemos hoje, particularmente sobre a natureza do processo de globalização (GONÇALVES, 2006, p.24).

Em relação à FES, Santos (2005) refere que “um Estado-Nação é uma formação Sócio-Econômica”. O mesmo autor define um Estado-Nação a partir de três elementos - “um Estado-Nação é essencialmente formado por três elementos: território; povo e soberania. A utilização do território pelo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania” (SANTOS, 2004, p. 232, nosso grifo).

Como forma de concluirmos esta nota introdutória, achamos imperioso colocar-se as relações subjacentes aos três elementos constituintes de um Estado-Nação. A instauração do Estado-Nação se dá no mesmo momento em que o capitalismo se configura como o modo de produção mais dominante. Aliás, o Estado-Nação moderno é na realidade a expressão dos conflitos do poder, por um lado entre os burgueses, e por outro, entre os burgueses e os oprimidos. Apenas para citar um dos conflitos postos é a forma como se deu a gênese da propriedade privada. Segundo Reclus (sd, p.67) “a guerra, sob suas mil formas, foi uma das grandes causas, a mais importante de todas as que contribuíram para a instituição da propriedade privada”. No entanto, o mesmo autor adverte que a ideia de apropriação de um espaço e seus recursos se manifestara desde as suas origens, na animalidade e na pré-humanidade entre os pais e as mães, entre os genitores e os filhos, no conjunto de clãs e das tribos. Todavia,

A propriedade se constituiu; entretanto, não foi a propriedade tal como os economistas a entendem hoje. Os primitivos eram naturalmente levados a considerar como seu pertence a pedra por eles talhada ou o vaso feito com suas mãos, e, ao darem este objeto por eles fabricado, a livre doação estabelecia nitidamente sua qualidade de proprietário, mas não imaginavam que a pedreira da qual extraíram o sílex ou o campo de lava que lhes fornecera a obsidiana necessária à sua indústria pudessem tornar-se propriedade pessoal.

Obviamente aqui está-se perante a uma concepção dos economistas da época, que se comprazia em descobrir na apropriação do solo a mais nobre origem, o trabalho. Porém, o mesmo autor, com base nos fatos que ocorriam no século XIX, admitiu a possibilidade de que o ponto de partida de apropriação com base no trabalho tenha sido exceção.

O trabalho do solo realizado no seio de uma comunidade por um dos membros beneficia naturalmente o conjunto dos co-participantes, sem que por isso estes pensem em outorgar ao zeloso companheiro algum privilégio que o distinga absolutamente dos demais. As desigualdades de poder causadas por lutas intestinas e pelas guerras explicam bem melhor as desigualdades de posse que se introduzem no governo das sociedades.

Nesse sentido, quando Marx e Engels (1974, p.25) analisando os fatos que acompanhavam a gestação do Estado-Nação moderno, que na realidade foi responsável pela edificação de todas as condições necessárias para dinamização do capitalismo, qualificaram-no como “uma comissão que gere os negócios comuns da classe burguesa no seu conjunto”.

Para se levar avante a missão dinamizadora do capitalismo, que brotava com o governo moderno (Estado-Nação), Santos (2004, p.30) afirma que a geografia foi chamada para construir a ideologia necessária para expansão do capitalismo em países centrais e periféricos. Segundo o autor,

Era necessário, portanto, criar as condições para expansão do comércio. As necessidades em matérias-primas da grande indústria garantiam além-mar a abertura de minas e a conquista de terras que eram também utilizadas para a produção de alimentos necessários aos países então industrializados numa fase onde a divisão internacional do trabalho ganhava nova dimensão. Era então imperativo adaptar as estruturas espacial e econômica dos países pobres às novas tarefas que deviam assegurar sem descontinuidade. A geografia foi chamada a representar um papel importante nessa transformação.

É dentro desse projeto que as sociedades africanas, e no caso concreto, as fixadas na região meridional, pertencentes aos grupos étnicos *Carangas*, *Macuas* e *Tongas* viram-se diante de uma invasão protagonizada pelas potências imperialistas: Grã-Bretanha, Alemanha e Portugal. Na sua bagagem, os capitalistas levavam consigo,

a partir dos Estados modernos e centrais as ideias de propriedade individual e civilização para, os Estados arcaicos e periféricos, nos quais ainda vigoravam sistemas de governação baseadas em linhagens, clãs, tribos – os simples; e reinos e impérios – os complexos. No que diz respeito ao regime jurídico sobre a terra e dos meios de produção prevalecente era comunitário, como também, o relacionamento entre os sujeitos estava sujeito às normas costumeiras/consuetudinárias locais.

Antes porém, importa lembrar que análise aqui desenvolvida parte do pressuposto, já há muito colocado por Reclus (s.d, p.57) nos seguintes termos, se a História começa primeiro por ser “toda geografia” a geografia se torna gradualmente “história” pela reação contínua do homem sobre o homem”. É com esse entendimento que há um esforço no sentido de se historicizar os territórios comunitários/comunidades locais moçambicanos. Entende-se por territórios comunitários como um imaginário espacial atravessado por três concepções referidas por Haesbaert (2004): dimensão política, cultural e econômica. E locais entende-se como “segmentos ou momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado-Nação” (SANTOS, 2005, p. 44).

Nesse sentido, o território de Moçambique é o somatório dos processos históricos das sociedades dos povos bantos, isto é, a sua gênese, evolução, relação com outros sujeitos (mercadores asiáticos e colonizadores europeus). Pelo que, para entender, tanto o processo de formação, como o da desintegração das sociedades é imprescindível periodizar os momentos mais marcantes resultantes do contato entre colonizadores europeus (invasores) e as sociedades africanas.

O termo sociedade africana deve ser entendido na mesma perspectiva concetual que Santos (2005) sugere em *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Para Santos, “modo de produção, formação social, espaço – são três categorias interdependentes”. Assim, “todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”.

Assim tal como foi acima exposto, para se compreender a FES, ou ainda o Estado-nação sugere-se como ponto de partida o exame dos processos ocorridos em determinado momento razoável. No caso específico, que abarca as transformações

ocorridas como resultado de uma força possível de situá-la no tempo e no espaço. E, neste caso interessam-nos nomeadamente, o contextualizar a invasão das sociedades africanas, bem assim, a luta de libertação nacional², o processo de implantação do socialismo marxista-leninista e a fase atual do neoliberalismo Liesegang (1999); Newitt (1995) e Boahen (2010).

Desde a primeira e terceira etapas tem-se assistido e mesmo até aos dias de hoje, ainda continua-se assistindo uma série de atos de violência cometidas aos camponeses, quer de forma isolada, como também, coordenadas pelos governos instituídos e pelos segmentos produtivos hegemônicos visando apropriação dos bens pertencentes aos camponeses, sobretudo, dos recursos naturais. Estamos aqui diante de um confronto que envolve, de um lado, os poderes modernos (políticos e econômicos) instituídos nos fins do século XIX até a atualidade.

Na primeira e terceira etapas assistiu-se e ainda continua-se a um processo de migração de capital estrangeiro em coordenação dos governos, engendrado pelos segmentos produtivos hegemônicos visando apropriação dos bens pertencentes aos camponeses, sobretudo, dos recursos naturais. Estamos aqui diante de um confronto que envolve, de um lado, os poderes modernos (políticos e econômicos) instituídos nos fins do século XIX até a atualidade.

Esses poderes, tal como vários autores os qualificam são capitalistas – burgueses, e do outro lado, os camponeses e mercadores organizados de diferentes formas (aldeias constituídas pelos governos – colonial e independentista, povoações/assentamentos humanos formados secularmente no âmbito das dinâmicas migratórias das sociedades bantos – tribos, clãs, reinos); das trocas comerciais - prazos e comunidades maometanas – os sultanatos.

A figura em baixo - acima mostra a configuração territorial dos grupos étnicos. Segundo Reclus (s.d), o vínculo étnico, como mecanismo de integração dos membros é o que assegurava a estabilidade dessas sociedades. Nesse sentido, pode-se dizer que a etnicidade demarca um território etológico. Entende-se por território etológico o ambiente de um grupo que pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegure uma

² Boahen, Albert Adu. História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880 – 1935. 2. ed. Brasília. UNESCO, 2010. 1040 p.

Os territórios comunitários a partir do momento em que foram inseridos num espaço de domínio imperial português passaram para uma nova intermediação, sobretudo, do ponto de vista da concepção político-económica. Esses dois poderes, ora existentes em sociedades africanas, viram-se reduzidos ao mínimo possível e, em certos casos foram até extintos.

Política ou jurídico-política, referida às relações espaço-poder em geral, ou ainda a todas as relações espaço-poder institucionalizadas – a mais difundida. Nesse caso, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. E, território concebido a partir de mediação económica, menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações económicas. O território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho (HAESBAERT, 2004, p. 40, nosso grifo).

Todavia, volvidos três séculos em que o Estado-Nação em parceria com o capital financeiro se empenham para eliminar os territórios comunitários, há sinais de que a dimensão simbólica possui forças para resistir, dado que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (Ibidem, 2004, p.40).

As três concepções entrelaçam-se, temos de um lado, a apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido, por exemplo, os espaços sagrados familiares, as florestas e pastagens de uso coletivo. Enquanto, a dimensão política, é referente à divisão administrativa, sobre a qual o território foi organizado em províncias, distritos, postos administrativos e localidades e povoações (GDI, 2009, p.117).

No que diz respeito à terceira concepção - território económico - aquele que é delimitado a partir das relações sociais e de capital-trabalho, por exemplo, uma comunidade (que pode abarcar o âmbito nacional, de província, ou do distrito ou apenas, de nível do posto administrativo, desde que tenha recursos de interesse económico. Tomando, neste caso concreto o distrito de *Monapo*, na província de *Nampula*, em que, na localidade de *Nacololo*, Posto Administrativo de *Ituculo* estão

implantadas as empresas *Matanusca* e *Sanam* em áreas onde estão fixadas as comunidades de *Itoculo*.

As teses ideológicas de transformação da estrutura agrária de Moçambique

A necessidade de transformação da estrutura agrária em Moçambique está vinculada à necessidade de se reverter a estrutura social formada pelo sistema colonial português, com base em um quadro legal que demarcou espaços, direitos e obrigações diferenciados. Por outras palavras o sistema colonial edificou em Moçambique uma estrutura social profundamente conflituosa: (i) em função da cor de pele – raça; (ii) local de residência; e (iii) práticas e crenças culturais (MONDLANE, 1975, p. 21; CABAÇO, 2007; CAHEN, 2013).

A estrutura social edificada com base nos três aspetos acima citados estabeleceu hierarquias raciais, religiosas e regionais. Por exemplo, os sujeitos de origem europeia, foram configurados como os dominantes e, os nativos os dominados (MONDLANE, 1975, p. 21). Os nativos - os sujeitos civilizados, isto é, os assimilados, uma vez terem abandonado os costumes tradicionais (cultura africana), tendo em sua substituição, adotado a religião cristã, bem como, a língua portuguesa tiveram mais privilégios em relação aos seus conterrâneos que não conseguiram se assimilar. O local de residência foi outro fator de diferenciação: os sujeitos fixados nas regiões norte e centro estavam em situação desfavorecida em relação aos que residiam no sul.

Embora, do ponto de vista formal, o referido quadro legal tenha sido modificado nos finais de década de 1960, o fato é que o antagonismo já estava tão edificado, que alguns assumiam certas vantagens como dádivas/bênçãos de Deus. No entanto, pode-se pressupor-se que para os desfavorecidos, esse quadro normativo discriminatório fora responsável pela edificação do sentimento de ódio, que certamente teve reflexos na radicalização do processo revolucionário, tal destaca Cahen (2013) ao se referir que o termo “Homem novo” é revelador do radicalismo revolucionário adotado pela FRELIMO³.

³ A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) embora tenha a sua origem em três movimentos formados em países vizinhos até aqui ainda não conseguimos encontrar algo registrado que afirme que os seus fundadores foram unicamente pretos. O certo está documentado é que os fundadores da FRELIMO abarcaram tanto, pretos, brancos, indianos, mistos. O outro registro é do conflito que envolveu duas linhas ideológicas no seio da FRELIMO, em que houve um grupo que defendia a tese de

Tendo em conta a presunção de Cahen (2013) pode-se deduzir que a FRELIMO na tentativa de eliminar as formas de discriminação cristalizadas, assumiu um radicalismo em reação, obviamente às forças burguesas internas e externas, como também, devido a um imaginário de um Estado-Nação moderno, pensado em ideologias comunistas que existia no seio dos dirigentes. Em função dos fatos, não há dúvidas de que, do ponto de vista do Estado-nação concebido, nada mais foi do que, um território delimitado pelas potências europeias, sistema político fundado a partir de princípios de democracia popular, monopartidário, no qual a FRELIMO, se constituía como a única força política que se encarregava de conceber as diretrizes de governação.

O autor descreve o contexto histórico que culminou com a independência política de Moçambique como tendo-se caracterizado por clivagens entre os membros fundadores da FRELIMO. De um modo geral, essas clivagens culminaram em certos casos com assassinatos e traições. Ao que tudo indica, o conflito étnico se configurou como um empecilho no seio do movimento de libertação. No entanto, as circunstâncias históricas prevaletentes nas sociedades moçambicanas (relações sociais desiguais) tiveram força suficiente que permitiu mobilização do povo, a se engajar na luta pela independência. Aliás, a primeira constituição refere que o que uniu o povo a se engajar na luta foi libertação do Homem e da terra.

Se do ponto de vista do inimigo, havia clareza, no seio da FRELIMO, já o mesmo não se pode dizer em relação ao imaginário de um Estado-nação moderno. Para uns, as fronteiras do Estado-nação passavam por uso da língua portuguesa, abolição de organizações tribais e de todas as outras formas culturais concebidas como arcaicas ou supersticiosas, isto é, tudo que não cabia na religião do dominador deveria ser alvo da abolição.

Claramente, a construção de um Estado-nação moderno se confrontava com as contradições forjadas pelo sistema colonial português que dividiu os sujeitos em ... grupos sociais: brancos europeus – burgueses, brancos não-europeus e indianos – comerciantes, negros assimilados e negros indígenas. É desse amálgama social que se tentou edificar-se uma FES socialista. De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1995), a

que a nacionalidade em função da cor da pele, como também, o mesmo também em relação ao inimigo da processo revolucionário.

conjuntura internacional que ditou a derrota do sistema colonial português se configurou como principal determinante que conduziu a construção de uma FES socialista.

Essa nova FES socialista era formada por duas forças produtivas complementares: camponeses e operários. Todavia, uma vez que, os camponeses constituem um subsistema da formação social, organizada a partir de princípios que não cabem no imaginário dos outros subsistemas foram entendidos como resquícios do feudalismo e do sistema colonial português, que por sua vez, não teriam como se enquadrarem nas novas dinâmicas. Nesse contexto, a nova sociedade deveria se livrar de todas as relações sociais baseadas organização tribal e ou étnica, uma vez que também eram desiguais. Por outro lado, a construção do socialismo exigia uma força produtiva que só seria encontrada através da socialização no campo e do protagonismo do Estado na esfera de produção com base em empresas estatais.

A edificação da nova sociedade socialista em Moçambique partiu de uma premissa dos socialistas marxistas-leninistas, de que o campesinato é uma força contrária à revolução, e como tal, havia toda necessidade de sua eliminação. A outra premissa é de a unidade produtiva camponesa em relação à unidade empresarial à medida que a segunda se desenvolve, o contrário seria o seu desaparecimento. Em virtude dessa suposição, o campesinato como força produtiva pertencente a mesma FES foi sempre negligenciada pelos teóricos marxistas-leninistas.

Essas premissas ditaram o ambiente que rodeou o movimento de socialização do campo, que foi caracterizado por uma resistência generalizada em todo o país por parte do campesinato. A resistência se deu em não aderência aos projetos de socialização do campo (aldeias e das machambas do povo). Embora para alguns autores o fracasso de socialização do campo, seja resultado de falta de acompanhamento da política do que propriamente de resistência dos camponeses (NEGRÃO, 2008).

A partir dos fatos acima citados pode se deduzir que o processo de transformação da estrutura agrária em Moçambique ocorreu para alterar sistemas de cultivos, formas de exercício do poder, relações sociopolíticas e económicas, isto é, tudo o que Santos (2005, p. 27/28) designa como estruturas que formam um modo de produção. No entanto, enquanto se procedia a alteração dos aspetos que dizem respeito à estrutura técnico-produtiva ocorria em simultâneo, campanha tendente a eliminação das identidades étnicas.

A transformação da estrutura agrária a partir da intervenção do estado quer nas herdades de pequenos e médios agricultores e grandes plantações abandonadas, por seu turno, conduziu o Estado a negligenciar uma poderosa força, que sempre foi usada como amortecedora das crises do sistema colonial (WUYTS, 1984). As iniciativas privadas foram sempre consideradas como continuação das formas de opressão, à semelhança das instituições de poder locais, que são descritas como “tradicionalistas”, nada lhes restava se não sua abolição. Em relação ao campesinato, os documentos consultados não mostram de forma clara qual foi o estatuto que se concebeu a esse grande segmento social.

Quanto à terra, a nacionalização ocorrida em 1976 marcava o fim da propriedade privada sobre a terra e, mais, proibia a sua hipoteca e alienação da terra. O processo de transição foi profundamente marcado pelo conflito tão complexo armado que eclodiu em 1976. Uns qualificam esse conflito como “guerra de desestabilização” e outros, como “guerra pela implantação da democracia” Abrahanson e Nilsson (1995).

Como corolário de todas as modificações que foram implementadas, entre 1980 a 1983 a economia moçambicana entrou em crise. Uma combinação de três fatores contribuiu para tal crise: a guerra, a seca e a má gestão das empresas estatais (MOSCA, 2012). Esses fatores podem ser considerados como os responsáveis pelo fracasso de transformação da estrutura técnico-produtiva.

O fracasso de constituição de um setor agropecuário assente em empresas estatais e cooperativas não só está na má gestão que se verificou, como também, na queda de preços no mercado internacional. Esse factor externo, associado a atos de banditismo infringidos pela RENAMO conduziram inevitavelmente para uma crise tão profunda que exigiu a adoção de um novo caminho para edificação da nova sociedade.

Entre os anos de 1990 até a atualidade – 2017, o governo decidiu resgatar a iniciativa privada, e neste momento é a forma organizacional da propriedade dos meios de produção que recebe a maior atenção do Estado. Evidentemente, o resgate do setor privado simboliza a vitória das políticas neoliberais, sobre as políticas socialistas marxistas-leninistas. Entretanto, o ProSAVANA-JBM é concebido dentro de um quadro político neoliberal. No neoliberalismo fala-se que há respeito pelo direito de liberdade de expressão, transparência, etc.

Os documentos de divulgação e planos de ProSAVANA-JBM referem que o objetivo pretendido é, a partir do agronegócio, melhorar-se as condições da população ao longo do Corredor de Nacala. Assim, entre 1975 a 1987, o processo de transformação da estrutura agrária moçambicana foi focalizado para socialização do campo e formação de empresas estatais interdependentes, em 1990, assiste-se a adoção de políticas de liberalização do mercado e de livre iniciativa (MOSCA, 2010).

A machamba no bojo de modernização

Dentre as várias possibilidades de interpretação teórica dos processos de FES⁴ em Moçambique e particularmente no Corredor de Nacala, a análise das relações geopolíticas pautadas com base nos ditames de soberania⁵ se revela como a mais adequada para explicar as razões que estão por detrás das intenções de transformação estrutural do setor agropecuário, que é dominado pelas “pequenas explorações agrícolas”, comumente conhecidas como *machambas*.

A *machamba*, embora seja simplificada como lugar onde os camponeses realizam as atividades agrícolas em Moçambique, na realidade ela, materializa a territorialidade dos sujeitos que a sua vida está intimamente ligada a terra. Tendo em conta o fato desse termo se restringir apenas a Moçambique, bem como, o contexto da sua origem pode-se pressupor que a *machamba* evoca modos de vida das sociedades moçambicanas. Esse termo embora pouco utilizado em documentos oficiais, que em sua substituição optam pela expressão exploração agropecuária, o que para nós suscita-nos estranheza.

⁴ A Formação Econômica e Social é entendida como categoria de Formação Social Santos (1977)

⁵ A soberania neste trabalho é em primeiro plano ao nível territorial, o que significa que, um determinado pedaço de terra há um grupo ou mais pessoas que formam um mesmo povo. Estes dois elementos são os únicos que dão a concretude do Estado-nação. O Estado-nação pressupõe a existência de um grupo pessoas que administra o pedaço de terra juntamente com o povo. Nesse contexto, isso ocorre a partir de Auto proclamação ou por meio de delegação dessa função administrativa. Em Moçambique, o grupo que hoje detém o poder é a FRELIMO. Numa primeira fase, 1975 a 1994 se autoproclamou; de 1994 passou para a segunda fase, na qual as eleições realizadas quinquenalmente têm continuamente delegado esse poder ao mesmo grupo – FRELIMO, pelo menos ao nível do presidente da república e na assembleia legislativa. Assim a realização de qualquer atividade socioeconômica em Moçambique se articula a partir da relação entre o poder administrativo que está nas mãos da FRELIMO com outros agentes econômicos nacionais e estrangeiros na forma de pessoas singulares e coletivas e grupos populacionais, incluindo com outros países. Todavia, o campo de soberania não se limita ao nível da esfera povo-terra-governo. O conceito se estende para outros contextos, como por exemplo “soberania popular”, “soberania alimentar”, etc.

Não é objetivo deste trabalho discutir a forma mais adequada de designação do lugar onde se concretiza a existência material e subjetiva dos moçambicanos e muito menos usar-se este espaço como mais um, onde o debate é de termos semânticos. Até pode ser, e na realidade não temos muitos argumentos para não cairmos nessa tentação falaciosa. O objetivo pretendido ao se levantar esse debate é chamar atenção ao fato de que esse termo de léxico de moçambicanismos muito pouco discutido, é dos poucos termos aceites na língua portuguesa falada em Moçambique com o mesmo significado. Pela forma como é definido para nós fica claro que expressa a forma de existência dos camponeses.

Essa definição não se ajusta com os lugares em que o termo de forma recorrente foi usado, por exemplo, “machambas estatais”, “machambas privadas”, “machambas do povo”. Primeiro, esses lugares, para além de não evocarem explicitamente o camponês, pelo menos na forma singular, por outro lado, a produção gerada nesses lugares tinha como destino o mercado. Se considerarmos o momento em que o termo foi usado na designação de lugares de produção do contexto revolucionário, pode-se associar o seu uso como símbolo de campesinato, em função da natureza e maioria da força de trabalho, as formas organizativas de produção concebidas nas zonas libertadas, que não só asseguram a produção alimentar para abastecer aos combatentes, como também, para dinamizar a economia de um modo geral nessas zonas libertadas.

Nesse sentido, o termo machamba para além de expressar modos de vida dos camponeses, assume força política, pois evoca a classe camponesa. O fato de haver pouco debate, sobretudo, que clarifique as circunstâncias em que foi “inventado”, bem como, o não esclarecimento das razões de dupla denominação a lugares com logicas diferentes reduz a força política que o termo obteve ao longo da luta armada incluindo, nas ações que foram desencadeadas nos primeiros dez anos que se seguiram à proclamação da independência.

Estudos levados a cabo em espaços agropecuários sob várias perspectivas tem recorrido a um desses dois termos, sem no entanto, clarificar os critérios da escolha. Para o Instituto Nacional de Estatística (INE) a estrutura agropecuária de Moçambique é composta por três categorias de explorações agrícolas – grandes explorações agrícolas; médias explorações agrícolas; e pequenas explorações agrícolas.

Por sua vez, Negrão (2008) propõe cinco categorias: *machamba camponesa* (as duas fotos em baixo ilustram uma das formas mais expressivas da machamba em sociedades mais pobres); *machambas cooperativas*; *machambas privadas*; *machambas mistas*; e *machambas estatais*. Algumas categorias desta última proposta foram extintas logo que iniciou o programa de reajustamento estrutural em 1987.

Foto 01 e 02 – Habitação camponesa na região sul de Moçambique. As habitações no meio rural estão integradas em pedaços de terra maiores que permitam agregação de muitas funções: habitacional, sagrado, produtivo e ecológico.



Fonte: Fotos do autor, 2015.

Como se pode observar nestas duas propostas há uma diferença profundamente de maior relevo, que não é apenas a terminologia em si, mas sim, a lógica e o aspeto

jurídico e legal, tal como atestam os argumentos da proposta de José Negrão na obra *Repensando a Terra e as Modas do Desenvolvimento Rural*.

Fotos 03 e 04 – Habitação camponesa e áreas de cultivo na região sul de Moçambique.



Fonte: Foto do autor, 2015.

De acordo com Negrão (2008) para se classificar a estrutura de produção agrária em Moçambique deve-se considerar três aspetos que chamou de “vetores principais inter-relacionados”, designadamente (i) a propriedade da unidade de produção; (ii) a qualidade e a quantidade dos insumos, fatores de produção; (iii) e o nível de integração no mercado (NEGRÃO, 2008, p.19).

Assim, a classificação acima apresentada foi concebida tendo em conta esses vetores. Porém, importa ressaltar que esta classificação reflete o contexto em que vigoraram as políticas de economia centralizada entre 1975 a 1997, enquanto a do INE insere-se nas políticas neoliberais que permitiram a canalização de recursos para financiamento de programas cujo seu cerne são as reformas do quadro jurídico.

Com base no que foi debatido a *machamba* é entendida neste trabalho como uma categoria de análise da classe camponesa moçambicana. A *machamba*, como unidade socioeconômica difere, de uma exploração agrícola, tal como é mencionada oficialmente. Consideramos que em função das lógicas de produção, deve-se distinguir exploração agrícola para fins comerciais em relação a de autoconsumo. A *machamba* não se resume apenas ao um pedaço de cultivo, envolve ainda ao lugar de residência, lugares sagrados, que podem ser cemitérios, locais onde os anciãos se encontram com os ente queridos, etc. Se a *machamba* como lugar de vida, da cultura e do trabalho é parte integrante da vida humana e que se forma no solo, a partir de trocas energéticas entre o ar, água, floresta, calor, e luz se constitui objeto de unificação dos homens e mulheres moçambicanos com a natureza. Assim, questiona-se quais são os conteúdos de modernização?

Quando se conquistou a independência, a estrutura técnico-produtiva até então prevalecente, claramente era e continua subdesenvolvida. No entanto, se no período colonial, a *machamba* no conjunto do subsistema correspondia a estrutura produtiva, composta ainda pelas plantações, pequenos propriedades incluindo, redes de comercialização rural e de transportes cujo sua função era assegurar a produção de matéria-prima para a metrópole, como ainda, não permitir nenhuma possibilidade dos africanos acumularem riqueza.

No contexto atual, como explicar o processo de transformação da estrutura agricultura, tendo em conta os recursos canalizados pelo Estado a um setor dominado pelos camponeses, que ao longo da sua história nunca tiveram possibilidades de acumular. Diz-se que as transformações devem ocorrer nos modos de produção praticados pelos camponeses, numa alusão clara de que, o que se pretende é a adaptação dos camponeses à atual conjuntura técnico-científica, de sementes híbridas, uso de agrotóxicos. Acredita-se que essas transformações será resolvido o problema da insegurança alimentar – a fome, que flagela a muitos moçambicanos.

Importa lembrar que, o governo de Moçambique cinco anos depois da conquista da Independência lançou o Plano Prospetivo e Indicativo para 1981 – 1990⁶. Com o PPI a ideia central estava assente em promover o desenvolvimento da FES com base em agricultura. Na realidade a ideia de atribuir primazia a esse setor é histórica. Observando o espaço geográfico como um todo, facilmente consta-se que sistema colonial português conduziu o processo com os mesmos princípios. Os assentamentos humanos estão em regiões com um potencial agro-ecológico, o que para nós significa que, as atividades agropecuárias se configuraram como os principais elementos de produção do espaço (ARAÚJO, 1990).

Paradoxalmente, as forças produtivas agropecuárias continuam em um estágio subdesenvolvido, isto é, ao longo da história, não houve incremento tanto das componentes técnico-científicas, pelo que as redes de distribuição e de processamento em muitas regiões são praticamente ineficientes. O que tem sofrido alteração é o modo de produção: saiu-se de um modo de produção capitalista baseado em escravatura e colonial, para o modo de produção socialista, e deste houve retorno para o modo de produção capitalista.

⁶ O Plano Prospetivo Indicativo é o instrumento na base do qual organizaremos os nossos recursos para o desenvolvimento do potencial agrícola e industrial do país, para elevação progressiva do nível de vida do nosso Povo e reforço da capacidade defensiva da nossa pátria socialista (MOÇAMBIQUE, 1981).

Tabela 01. População de 15 anos e mais distribuída por ramos de atividades

Categorias Ocupacionais	População	%
Altos Dirigentes	314	0.01
Patrões	1 831	0.03
Técnicos Universitários	592	0.01
Técnicos Não Universitários	2 411	0.04
Administrativos	846	0.02
Operários Não Agrícolas	4 826	0.09
Artesão Independente	1 517	0.03
Pequeno Comerciante	217	0.00
Pessoal De Serviço	2 272	0.04
Empregados Domésticos	103	0.00
Camponeses	5 271 893	95.25
Operários Agrícolas	118 822	2.15
Outras Ocupações	133 702	2.42
Desconhecidos	4 582	0.08
Total	5 543 928	100

Fonte: INE (2007) III Recenseamento Geral da População e Habitação

Para uma ilustração da dinâmica da estrutura agrária, os dados do INE, relativos aos Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 e do Censo Agropecuário (CAP) 2010, referem que o setor agrário é caracterizado basicamente por duas formas organizacionais: o campesinato – familiar, que agrega maior número de participantes, cerca de 95.3% da população camponesa, contra 2.2% da população que é absorvida, por outra forma – a empresarial.

Tanto no sistema colonial, como no Moçambique pós-independência o processo de FES tomou a agricultura como o principal pivô. É notório que há uma relação direta entre o nível de desenvolvimento das regiões e o tipo da agricultura desenvolvido. A maioria das pesquisas que se propõe a compreender o setor agropecuário moçambicano, uma das conclusões a que chegou é de que o setor agrário de Moçambique gera baixa produção e produtividade.

Para Uaiene (2012, p. 49) a causa de baixa produtividade agrária está vinculado ao uso de tecnologias rudimentares, a falta de maquinaria adequada, o analfabetismo que se mantém firme no seio dos agricultores, tal como ilustram os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Realmente, estima-se que cerca de 62.8% da população

residente no meio rural como analfabeta, sendo que a situação da mulher é ainda, a mais penosa, pois, elas representam 77.4% de todos os analfabetos no meio rural.

O outro problema citado como crónico em Moçambique Mucavele (2012) é o das infraestruturas que são consideradas inadequadas, como ainda, os serviços oferecidos em áreas rurais que são bastantes onerosos e de baixíssima qualidade. Ora, os problemas aqui levantados não são dizem apenas, o setor agrário em si. Por exemplo, a educação dos agricultores e as infraestruturas inadequadas, a sua solução necessita de intervenção de outros órgãos públicos.

Essa conclusão é bastante problemática, uma vez que, parte com um referencial do que se considera ideal em termos dos níveis de produção e produtividade. Quando se diz que a produção agropecuária gerada em Moçambique é baixa, dá a impressão de que, essa afirmação, nem sempre é feita em função das necessidades dos produtores e ou do país, como ainda das potencialidades e capacidades existentes. Um julgamento não cuidadoso do significado de baixa produção e produtividade agrária em Moçambique é perigoso porque pode alimentar metas que nas condições atuais não há como concretizá-las. Certamente, os níveis atuais de produção gerados atualmente estão muito longe de suprir o défice alimentar. Contudo, o problema de fome tem outras causas do que a baixa produção em si. Anualmente, os camponeses assistem o seu esforço se perder com pragas no armazém, nas machambas; os vendedores intermediários determinam os preços que os convém, etc. Os camponeses não estão em condições de resistir a esse tipo de contrariedades, que quanto a nós necessitam de políticas agrárias que são concebidas, a partir da realidade concreta, neste caso, o campesinato faz parte da estrutura produtiva real.

A nossa proposta na reflexão do setor agrário moçambique é de olhar o que os profissionais do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) apontam como uma das principais razões desse fato o uso de semente de baixa qualidade, a prática de queimadas, a dependência de caprichos da natureza (PEDSA, 2011). Em visita de estudo, na província de Nampula, dois técnicos de MASA, um ostentando o nível superior e o outro, o nível básico, afetos aquela província responde a uma pergunta na qual pretendia-se entender o processo de produção, conservação e distribuição de sementes”, responderam que se distribui como semente, eles preferem não chamar de semente. Na sua opinião, o que os camponeses usam nas suas *machambas* sempre que a

época das sementeiras chega é “grão” e não semente, porque para ser semente, o processo de sua produção deve obedecer uma série de etapas, que os camponeses não tem seguido. As empresas licenciadas como produtoras, nomeadamente PANNAR, no lugar de produzir a semente compram grãos e pintam com produtos usados para conservação de cereais. No período de sementeiras esses grãos são colocados no mercado como se fossem sementes.

No que diz respeito, aos meios de trabalho, os dados de CAP 2010 revelam que o setor agrário, praticamente se serve muito pouco de tração animal. De todo universo das explorações agrícolas consideradas pequenas e médias, apenas 9.2% é que tem acesso a essa tecnologia tão secular em Moçambique. A carência não se limita apenas nessa tecnologia, outras ainda tão elementares rareiam aqui, como é o caso de carroças que são muito pouco utilizadas no transporte de bens. O grau de isolamento que muitos moçambicanos estão sujeitos, incita a várias indagações. No entanto, o que para nós é certo é que a maioria das comunidades rurais está longe de ser considerada que tenha atingido o estágio das relações das sociedades capitalistas, mesmo em seu estágio primitivo.

Um outro aspeto relevante, no debate das transformações da estrutura e conteúdo das *machambas* é certamente a questão da terra. O primeiro parágrafo do preâmbulo da Lei de Terras nº 19/97 de 1 de Outubro diz que a terra, como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar e social, o seu uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano. Constitucionalmente é propriedade do Estado. O artigo 10 da mesma Lei de Terras 19/97 faz menção dos sujeitos passíveis de obter o direito de uso e aproveitamento.

Podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais, colectivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais. As pessoas singulares ou colectivas nacionais podem obter o direito de uso e aproveitamento da terra, individualmente ou em conjunto com outras pessoas singulares ou colectivas, sob a forma de co-titularidade. O direito de uso e aproveitamento da terra das comunidades locais obedece aos princípios de co-titularidade, para todos os efeitos desta Lei (MOÇAMBIQUE, 1997).

Na prática em Moçambique vigoram para muitos camponeses procedimentos consuetudinários. José Negrão (2000) identifica cinco sistemas consuetudinários que regulam o acesso, posse e controlo da terra. Para o autor,

A terra é entendida como o conjunto de recursos naturais do solo, ou seja terra produtiva, habitável, água, floresta e fauna. Direito de acesso é um conjunto de normas que regulam da permissão de passagem à possibilidade de ter a terra como colateral para a reprodução social. A posse traz implícito o papel económico desempenhado pelo uso da terra, enquanto, fator de produção, recurso, agente social e fonte de rendimento. A posse implica a possibilidade de transmissão a terceiros através de concessão, alienação, hipoteca ou arrendamento. Controlo significa a tomada de decisões sobre o que fazer com o recurso, incluindo a preservação para que a sua utilidade *per-capita* não diminua quando da transmissão intergeracional (NEGRÃO, 2008, p. 90).

A unidade produtiva agropecuária, oficialmente é designada exploração agropecuária. Não existe uma uniformidade das características das unidades dessas unidades agropecuárias, no que diz respeito ao conteúdo que elas agregam. A questão que se coloca é que, há uma tendência de partilha de terra, destinada para certas funções, como por exemplo, a recolha de bens e produtos florestais, espaços sagrados, etc. Enquanto a terra destinada ao cultivo, a dita *machamba* é de uso restrito unicamente para famílias nucleares.

Uma outra característica do meio rural moçambicano é relativa às vias de circulação. De um modo geral, a transitabilidade é um aspeto bocado em Moçambique, não apenas no meio rural, como até em centros urbanos. A rede estradas não estimula nenhum operador para operar o serviço de transportes. Em resumo, há de falta de infraestruturas de produção agropecuária (desde sistemas de rega e drenagem de assistência pecuária), de transportes, rede de comercialização, etc. As unidades de produção baseiam-se de mão-de-obra familiar, sem instrumentos, nem de tração animal e muito menos motorizados. Por outro lado, a unidade produtiva do setor familiar, reduziu-se a um mero pedaço de terra de cultivo, designado *machamba*.

Por questões inerentes às condições impostas, os camponeses agregam para além de atividades agrícolas, outras complementares: trabalho assalariado, venda, pesca, etc. Numa unidade produtiva familiar há uma divisão muito bem clara de tarefa, pelos membros de família. Pelo que, a nossa questão é, o que se pretende modernizar? Tudo

nos conduz a concluir que a machamba é a centralidade, do processo de modernização. Todavia, não revela propriamente uma modernização das unidades de produção, mas sim um processo de passagem de machambas familiares para grandes propriedades de explorações agropecuárias.

O setor agropecuário: uma força potencial amputada?

A estagnação do setor agropecuário moçambicano contradiz os esforços, em teoria, empreendidos, quer pelo próprio governo, como ainda, pelas instituições de apoio ao governo - as chamadas organizações não-governamentais (ONGs) e o setor privado. Como interpretar a estagnação do setor agrário moçambicano com tantos recursos drenados quer, na forma de assistência técnica, disponibilização de financiamentos ao Estado (donativos e créditos) pelas instituições financeiras mundiais (Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário e Internacional (FMI), programas de cooperação bilateral, entre outras iniciativas, como foi a experiência de projeto de melhoria de tecnologias levado a cabo pela *Sazakawa Global 2000*⁷ em coordenação com o governo de Moçambique. Estranhamente, certas culturas, em particular o cajueiro reduziram drasticamente os rendimentos, quando comparados com os que eram alcançados até 1974?

As razões da estagnação do setor agropecuário não tem uma única explicação ou fator. Existem efetivamente fatores que são inerentes às contradições de ordem ideológicos da FRELIMO, que muitos autores designam fatores internos (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1995). No entanto, esses fatores, quanto a nós só explicam os problemas relativos à gestão da terra (terra arável, água, floresta e áreas de conservação) e o imaginário “nacionalismo moçambique”. Os outros fatores da estagnação do setor agropecuário, evidentemente estão dentro das contradições do sistema capitalista, e neste caso, estaríamos perante fatores externos.

Tendo em conta as circunstâncias que ditaram certamente, a origem e o rumo de acontecimentos do conflito da guerra civil que durou dezasseis anos, a retórica que faz no que diz respeito à solidarização com as questões de fome, miséria, não restam dúvidas de que os moçambicanos estão a pagar caro, pelo fato da FRELIMO ter

⁷ Cf. www.saa-safe.org.

decidido nacionalizar a terra, e sobretudo, por ter adotado a ideologia política marxista-leninista.

O apoio prestado pelo sistema mundial parece contraditório, uma vez dá aparência de solidariedade com os moçambicanos, e nesse sentido, disposto a providenciar apoio, enquanto na verdade implanta estruturas de colonização, que se mesclam com as elites locais ávidos em ser neocolonizadores, como ainda, bloqueia as possibilidades para desenvolvimento de capacidades que permitam o aproveitamento das potencialidades agropecuárias. O bloqueio aqui referido ocorre como consequência direta dos apoios externos. As instituições governamentais caminham a reboque das instituições financeiras internacionais e das empresas multinacionais.

Não existe o projeto de proteção do tecido social interno e, muito menos dos recursos naturais diante das investidas do capital. Não obstante, é comum ouvir os governantes moçambicanos afirmarem que o país dispõe de potencialidades enormes para a prática de agricultura. Não se sabe ao certo de que potencialidades efetivamente se referem. Já ouvi pronunciamentos de governantes desde as figuras do Chefe do Estado até os administradores dizerem, por exemplo, no domínio de terra que “Moçambique tem tanta disponível”, será essa potencialidade? Estudos de solos do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) revelam que os solos com qualidade razoável a boa qualidade, clima (temperatura e precipitação) favoráveis e água disponível para a prática de agricultura não são tantas, como os discursos pretendem fazer a ideia.

O mesmo se diz em relação às florestas, onde se diz que o país possui tanta madeira para vários fins. Na realidade o país dispõe de recursos naturais, muito deles virgens, que se fossem devidamente inventariados, poder-se-ia tomar decisões mais consentâneas tendo em conta as capacidades internas, como ainda, ter-se-ia linhas de orientação no desenho das estratégias de formação do capital humano. Paradoxalmente, esse discurso se assemelha aos enaltecimentos que se registavam na China, os quais Mao Tsé-tung⁸ qualificou-os de “gabarolice”. É necessário uma atenção, pois a terra apta para produzir além de não ser tanta, exige de nós muito trabalho, que os

⁸ Cf. Declaração dos anos 1956-1967 por Mao Tsé-tung. In Cadernos d. quixote: Quem tem medo da China? Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1971

moçambicanos estão em condições de assumir os desafios, tendo em as potencialidades humanas – trabalhadores existentes no país.

Os dados estatísticos da força laboral revelam que há um considerável potencial humano economicamente ativo no país, embora, sob ponto de vista de instrução escolar, seja altamente analfabeto. O Instituto Nacional de Estatística adotou o critério das Nações Unidas para distinguir população economicamente ativa em relação a não ativa. O referido critério, se baseia na pergunta formulada nos seguintes termos “o que a pessoa fez na semana anterior à data do Censo (1 de Agosto de 2007), com respostas fechadas: População economicamente ativa (PEA) aqueles que responderam: trabalhou; não trabalhou mas tem emprego; ajudou familiares; procurava novo emprego; procurava emprego pela primeira vez. Os não ativos consideram-se as pessoas que responderam: foi doméstico; foi somente estudante; foi reformado(a)/reserva; incapacitado(a); outra.

Tabela 02 - Força de Trabalho/Área de Residência em Moçambique 2007 - População com 15 anos⁺

Estratos populacionais	Total	Área Residencial	
		Urbano	Rural
População total	20.632.434	6.097.943	14.534.491
População Economicamente Ativa	7.437.056	1.925.556	5.511.500
População Não Economicamente Ativa	3.192.734	1.574.509	1.616.225
Total	10.629.790	3.500.065	7.127.725

Fonte: INE (2013)

Não se pretende avaliar a pertinência do método usado para captar o contingente das pessoas economicamente ativas e não ativas. A intenção é mostrar que, do total populacional captado pelo III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2007: (1) 50% é constituída por pessoas com idades de contribuir economicamente no país; (2) do total da PEA 74% está concentrada no meio rural; desse porcetagem, 83% são trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares. Em Moçambique até se prove o contrário, essa população está envolvida no setor agropecuário, contribuindo de forma significativa no atual PIB gerado pelo setor agropecuário.

Tabela 03 - Caracterização das explorações agrárias (hectares) - Moçambique 2010.

Explorações	Pequenas	Medias	Grandes	Total
Com área cultivada	3.652.367	24.438	827	3.677.642
Sem área cultivada	148.892	1.206	14	150.112
Total	3.801.259	25.654	841	3.827.754
Área Cultivada (há)	5.428.571	130.651	72565	5.632.787
Área cultivada (há)/exploração	1.49	5.35	8774	1.53

Fonte: Uaene (2012).

Tendo em conta as condições existentes, isto é, forças produtivas existentes, esses sujeitos economicamente ativos participam como trabalhadores e ao mesmo tempo como proprietários dos meios de produção, daí serem considerados “por conta própria”. Em relação aos sujeitos trabalhadores familiares, independentemente das circunstâncias, vínculos familiares, e ou de natureza, está claro que estão ligados com detentores de meios de produção (terra), nesse sentido, realizam trabalho valioso. Ao nos determos nos dados do setor agropecuário, uma das primeiras constatações é relativa à estrutura agropecuária. Mais de 98,68% de unidades de produção são classificadas como explorações agrícolas pequenas. Isto quer dizer que essas unidades de produção, os seus titulares são exatamente os trabalhadores acima referidos por conta própria.

É importante destacar que os trabalhadores rurais enfrentam, não apenas dificuldades que dizem respeito aos aspetos relativos a si mesmos, mas sobretudo, os problemas alheios à sua vontade. Por exemplo, o problema de infraestruturas de transportes e de rega, a política de comercialização, entre outros, são efetivamente de alçada governamental.

Associa-se a isso, o problema de ensino, que é desproporcional entre o meio rural e os centros urbanos. A exiguidade de oportunidades de ensino no meio rural sujeita a um gradual desligamento da população jovem, que forçosamente migra para os centros urbanos, que oferecem um leque de oportunidades. De um modo geral, os centros urbanos que oferecem oportunidades de ensino são as capitais provinciais e a capital do país. A categoria de cidades intermédias se diluiu com o tempo.

A atuação do BM e do FMI, no que diz respeito à sua interferência na definição de políticas públicas suscita uma análise muito profunda. Enquanto se advoga a ideia de que, as reformas no setor agropecuário devem estar orientadas para estimular um setor de grande escala, que mais gera maior produção e produtividade e, libera a mão-de-obra

para centros urbanos, ao mesmo tempo, no caso de Moçambique, houve pressão para liberalização do comércio das matérias-primas, que alimentavam o setor agroindustrial, sobretudo, a castanha de caju. A liberação do comércio de caju conduziu ao encerramento das fábricas de processamento de castanha de caju.

A opção de promoção de organizações não-governamentais (ONGs) – as ditas organizações sociedade civil, quer nacionais e internacionais para atuarem em paralelo com órgão de tutela do setor agropecuário foi uma opção tão contraditória em muitos aspetos. Aqui, só serão abordadas as confusões, muito bem programadas, nas tarefas que pela sua natureza, só devem ser realizadas pelo Estado, como também, o fato dessa estratégia ter fragilizado a criação de órgãos do Estado com quadros competentes desde o nível central até o nível distrital. A pouca mão-de-obra de qualidade disponível, formada pelo Estado logo depois da Independência Nacional, passou a ser objeto de disputa entre as ONGs e o Estado. Houve distorção salarial entre os quadros do setor técnico em relação aos outros quadros (administrativos e pessoal de apoio).

Nos últimos 20 anos, Moçambique tem registrado um aumento de “influxo financeiro estrangeiro”, em forma de créditos, donativos, investimentos direto estrangeiro (IDE) em grandes projetos – os megaprojetos, e apoios diretos ao orçamento do Estado (CASTEL-BRANCO, 2011). Para o autor os grandes projetos concentram-se em áreas de mineração, agricultura e turismo. Esse fenômeno não ocorre apenas em Moçambique. Se verifica em outros países pobres ou em via de desenvolvimento. Daí que esse processo, muitos autores dos quais destacamos David Harvey (2011); Milton Santos (2005) consideram-no como globalização que caracteriza o sistema neoliberal.

A ideia transmitida pelos promotores desses investimentos do capital estrangeiro, em particular, as empresas (multinacionais) envolvidas com o agronegócio, instituições do governo, organização não-governamentais (ONGs) é de que visam melhorar a situação de insegurança alimentar (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011). Esse argumento, em parte, é acolhido sem muitos questionamentos visto que, em Moçambique, muitos camponeses anualmente são acometidas com o problema de fome.

Não obstante, a entrada do capital estrangeiro, em Moçambique, na situação em que muitos camponeses se encontram, certamente, terá repercussões negativas nos direitos conquistados pelos camponeses. Nesse sentido, se não acautelado o problema de analfabetismo que é muito elevado, no meio rural; o abuso do poder que se verifica

ao nível das instituições públicas e nas autoridades tradicionais; o elevado excesso do poder concentrados nas mãos dos homens, a entrada do capital estrangeiro para fins de agronegócio vai piorar ainda mais, a situação de insegurança alimentar no seio dos camponeses moçambicanos – neste caso fixados ao longo do Corredor de Nacala.

O quadro-resumo acima exposto mostra, por um lado, intenções governamentais, que há muito tempo alimentam o sonho dos dirigentes, que a todo o custo pretendem transformar a estrutura agrária herdada do colonialismo. Ao querer mudanças bruscas, a ideologia propalada se contradiz com os atos no terreno. Por outro lado, do acima exposto foi colocado que, o meio rural moçambicano há um fluxo financeiro, muito bem direcionado – setores estratégicos. Esse fenômeno, no mundo atual, em que as instituições financeiras comandam os governos locais – o governo de Moçambique está nesse momento, sob comando de Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, essas decidem, os locais a onde o capital deve ser aplicado. Pressupomos, que há sempre uma pré-avaliação das condições para multiplicação desse capital.

Considerações finais

Os processos de transformação dos espaços agrícolas em Moçambique são conduzidos a partir de um imaginário de um Estado-nação baseado nos estados europeus. Esse imaginário conduz a se ignorar as reais potencialidades que estão encerradas na diversidade étnica, como também, as diversas territorialidades.

Ao impor a materialização do Estado-Nação sem o reconhecimento das diversidades étnicas, essa prática se constitui por si só a contradição da ideologia usada para justificar a escolha de ideologia política socialista marxista-leninista que foi encarada como a que poderia remover as relações sociais de reprodução colonial, baseadas na discriminação racial, religiosa e espacial.

Desde que conquistou a independência, o processo de transformação da estrutura agrária se deslocou em duas posições ideológicas antagónicas. Na primeira etapa, a ideologia dominante foi orientada na necessidade de constituição machambas estatais e machambas das cooperativas. O processo de implementação foi caracterizado por concentração de esforços nas machambas estatais e negligência dos camponeses. A falta

de acompanhamento e consequente falta de assistência das aldeias é a principais causa para o fracasso da socialização do campo,

Na segunda etapa, isto é, a ideologia do dia, dá-se ênfase à coexistência de três setores de propriedades dos meios de produção: público; privado e cooperativo, sem nenhuma ligação entre ambos.

O debate do processo de transformação das *machambas* propõe a conceituação das categorias de uso agropecuário distinguindo, as que são auto-sustentação ou de soberania em relação as que a sua produção é para o mercado.

Referencias Bibliográficas

_____. *Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique*. Maputo, 2013

_____. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020*. MASA, Maputo, [2011]

CABAÇO, José L. De O. *Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação*. 2007. 433 f. Tese de Doutoramento (Doutoramento em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschansk. Biotempo. São Paulo. 2011

HEDGES, David et al. *História de Moçambique*. Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. 2ª Edição. Livraria Universitária. Maputo. 1999

INE. Censo Agro-Pecuário CAP 2009-2010: Resultados Definitivos - Moçambique. Maputo, 2011

INSTITUTO DE APOIO À GOVERNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Evolução Constitucional da Pátria Amada*. Maputo, CIEDIMA, SARL, 2009

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Tradução de C. Iperoig. Gráfica Editora Laemmert. S.A. Rio de Janeiro, 1968

LINHAS Fundamentais do Plano prospetivo Indicativo para 1981-1990. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, [1981]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *Anuário de Estatísticas Agrárias 2015*. Maputo, 2015

Moçambique em Transição – Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. 1ª Edição, CEGRAF, Maputo, 1994

MOSCA, João. Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009). In: MOSCA, João. (Coord) *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247

MUCAVELE, Firmino. *O papel da agricultura no desenvolvimento de Moçambique: agenda para Moçambique*. In: MOSCA, João. (Coord) *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Centelha, Coimbra, 1974

UAIENE, N. Rafael. *Estrutura, Conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique*. In: MOSCA, João. (Coord) *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed. Contexto, São Paulo, 2009

RECLUS, Élisée. *A Origem da família, das classes sociais e do Estado (L'homme et la Terra)*. In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. Élisée Reclus: Geografia. Ática, São Paulo, 1985

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2006

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. Ática. São Paulo, 1993

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Publicações Europa-América, Portugal, 2012

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004

SOUZA, Marcelo de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.

Sobre os autores

Ernesto Jorge Macaringue

Doutorando em Geografia no Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Desenvolvimento Agrário pela Universidade Eduardo Mondlane Faculdade Agronomia e Engenharia Florestal (2009). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural e docência em Turismo, com ênfase em Planejamento Turístico, Geografia de Moçambique, Metodologia de Investigação Científica. Ativista Comunitário. Tema de Pesquisa de Tese: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE MONAPO EM MOÇAMBIQUE: redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2015.

Artigo Recebido em Outubro de 2017.
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.